

Diário do Legislativo de 29/01/2011

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

1º-Vice-Presidente:

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 - ERRATA

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 28/1/2011, as seguintes comunicações:

Do Deputado Tiago Ulisses, notificando o falecimento do Sr. Edil dos Santos Handam, ocorrido em 22/1/2011, em Lagoa da Prata. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Mons. Benedito Marcílio Guimarães, em 25/1/2011, em João Pessoa (PB). (- Ciente. Oficie-se.)

Da Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul, notificando que, na 9ª Reunião Extraordinária, em 16/12/2010, foi aprovado o relatório de atividades do biênio 2009-2010, nos termos do art. 4º da Decisão da Mesa de 16/3/2009. (- Ciente. Publique-se.)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO BIÊNIO 2009-2010 DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE INTEGRAÇÃO AO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Sumário

1 - Introdução

2 - Da criação, competência, composição, objetivos e prazos

3 - Desenvolvimento dos trabalhos

3.1 - Forma de organização e atuação dos Legislativos dos países que compõem o Mercosul.

3.2 - A saúde pública no âmbito do Mercosul.

3.3 - A organização do setor turístico nos países integrantes do Mercosul.

3.4 - As atividades de comércio e indústria e as perspectivas de integração do comércio de Minas Gerais com os países integrantes do Mercosul.

3.5 - As perspectivas de maior inserção das cooperativas de Minas Gerais nos mercados dos países membros do Mercosul.

3.6 - A estratégia de adequação dos produtores de cachaça do Estado aos padrões fitossanitários da Comunidade Europeia e a proibição, pela Vigilância Sanitária Estadual, do uso de utensílios de cobre na produção alimentícia.

4 - Visita técnica à sede do Parlasul, em Montevidéu - Uruguai

5 - Considerações Finais

1 - Introdução

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, observa-se uma crescente integração entre os diversos países. Além da ascensão de grupos multilaterais, como o General Agreement on Tariffs and Trade - GATT -, que posteriormente se transformou na Organização Mundial do Comércio, houve a criação de diversos fóruns regionais. Em 1991, formou-se o Mercado Comum do Sul - Mercosul -, tendo como Estados membros a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Posteriormente, a Venezuela iniciou processo de adesão, ainda em andamento.

Em dezembro de 1994, por intermédio do Protocolo de Ouro Preto, foi criada a Comissão Parlamentar Conjunta, que tinha como função facilitar a compatibilização das legislações nacionais às normas emanadas pelos órgãos do Mercosul. Em 2003 foram iniciadas tratativas com vistas ao estabelecimento de um parlamento que congregasse os Estados membros do Mercado Comum.

Em 2006, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta, foi constituído o Parlamento do Mercosul - Parlasul. O Parlasul, órgão legislativo unicameral sediado em Montevideú, Uruguai, representa os interesses dos cidadãos dos Estados membros do Mercosul.

Entre as atribuições do Parlasul, destacam-se a de garantir a observância das normas definidas pelo Mercosul, a de possibilitar a participação de atores da sociedade civil no processo decisório concernente à integração regional, bem como a de promover a democracia e a justiça social na região.

2 - Da criação, competência, composição, objetivos e prazos

A Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul, criada pela Mesa da Assembleia Legislativa em 17/2/2009, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 do Regimento Interno, se destina a acompanhar o processo de consolidação do Parlamento do Mercosul e a desenvolver iniciativas de intercâmbio entre o Legislativo mineiro e as demais representações democráticas do Cone Sul e atuou em sintonia com a Comissão Permanente de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, subsidiando suas atividades e propondo ações conjuntas de âmbito institucional relacionadas ao Mercosul.

De acordo com a decisão da Mesa, os motivos que ensejaram a criação dessa Comissão Extraordinária foram o peso estratégico da integração do Estado de Minas Gerais à economia do Cone Sul, a importância da consolidação do Parlamento do Mercosul - Parlasul - para o fortalecimento da representação democrática dos países membros do Mercosul e a necessidade de o povo mineiro, por meio de seus representantes, acompanhar o processo de consolidação do Parlasul, bem como pugnar pelo adequado equilíbrio institucional entre os diversos povos representados e por um processo de integração pautado pela representatividade, pela transparência e pela legitimidade social.

Deve-se destacar que comissões para tratamento de assuntos semelhantes já atuaram na Assembleia Legislativa mineira nos últimos anos. Destacam-se as audiências públicas realizadas pela Comissão do Mercosul, nos dias 14 e 15/12/2004, que agregaram representantes da Comissão Parlamentar do Mercosul do Congresso Nacional, entre outros, para discutir tópicos de interesse comum. Nessa oportunidade, uma das propostas debatidas foi a criação do Parlamento do Mercosul, que viria a substituir a CPCM, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Em 2005, a Comissão do Mercosul foi presidida pela Deputada Jô Moraes, que deu enfoque ao Fórum das Mulheres do Mercosul.

As atividades da Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul foram desdobradas em duas vertentes distintas. Do ponto de vista político-institucional, atendendo-se à necessidade de ampliar o conhecimento e o intercâmbio de informações acerca do Parlasul e de modo a buscar a compreensão e a definição de possibilidades de interação institucional entre este e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi realizada reunião com parlamentares e acadêmicos, na qual se discutiram os avanços e desafios do Parlamento do Mercosul, bem como os procedimentos para a instalação de eleições diretas para os parlamentares do órgão. Em seguida, a Comissão realizou cinco audiências para debater temas específicos de interesse do Estado de Minas Gerais em sua relação com os países do Mercosul. Foram debatidos os seguintes temas: a saúde pública no âmbito do Mercosul, a organização do setor turístico nos países integrantes do Mercosul, as atividades de comércio e indústria e as perspectivas de integração do comércio de Minas Gerais com os países integrantes do Mercosul, as perspectivas de maior inserção das cooperativas de Minas Gerais nos mercados dos países membros do Mercosul e a estratégia de adequação dos produtores de cachaça do Estado aos padrões fitossanitários da Comunidade Europeia e a proibição, pela Vigilância Sanitária Estadual, do uso de utensílios de cobre na produção alimentícia.

A Comissão Extraordinária fez ainda uma visita técnica à sede do Parlamento do Mercosul, em Montevideú, Uruguai, visando conhecer os trabalhos desse órgão e estreitar as relações com os parlamentares dos países integrantes do Mercosul.

A Comissão Extraordinária foi composta pelos Deputados Antônio Júlio - Coordenador -, Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Irani Barbosa e Luiz Humberto Carneiro e concluiu seus trabalhos no dia 15/12/2010.

Desse modo, através das audiências realizadas em 2009 e 2010, buscou-se reunir informações que deram subsídios para a atuação parlamentar mineira encontrar uma estratégia de inserção de Minas Gerais nos âmbitos econômico e político no Mercado Comum do Sul - Mercosul - e no seu órgão de representação democrática, o Parlamento do Mercosul - Parlasul. O relatório das discussões de cada reunião será visto a seguir.

3 - Desenvolvimento dos trabalhos

A comissão realizou cinco audiências públicas que contaram com a participação de diversos convidados expositores e de Deputados. A seguir, apresentamos um resumo de cada reunião, com destaque para as exposições realizadas pelos convidados.

Tema: Forma de organização e atuação dos Legislativos dos países que compõem o Mercosul

A audiência pública foi realizada em 13/8/2009 e teve como objetivo obter informações sobre a forma de organização e atuação dos Legislativos dos países que fazem parte do Mercosul.

Deputados presentes: Antônio Júlio; Antônio Carlos Arantes; Irani Barbosa; Carlos Pimenta; Tenente Lúcio.

Convidados presentes: Sr. George Hilton, Deputado Federal e membro da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul no Congresso Nacional; Sr. Gustavo Gabriel Canteros, assessor da Câmara de Deputados da Argentina; Sra. Ana Pacheco, assessora do Senador Adolfo Rodríguez, Presidente da Comissão do Mercosul do Senado Federal da Argentina; Sra. Magna Maria Inácio, cientista política e professora da Universidade Federal de Minas Gerais; Sr. Iran Barbosa, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Exposições

O Deputado Federal George Hilton apresentou um panorama do funcionamento do Parlamento do Mercosul e da representação brasileira nesse

Parlamento. Inicialmente, ressaltou que o Parlamento do Mercosul - Parlasul -, na síntese de sua criação, copia o modelo adotado pelo Parlamento Europeu. Assim, destacou que atualmente o Parlasul é uma realidade, pois já existe de fato. No entanto, os Deputados que lá estão não foram eleitos pelo voto direto, pois não houve tempo para que isso ocorresse.

Numa abordagem cronológica, destacou que, quando foi criado o Mercosul, havia uma cláusula que previa também a criação de uma representação legislativa, de uma comissão que pudesse, por meio de Deputados nomeados nos Congressos, ter também um viés político, a fim de que o Mercosul fosse mais abrangente e não apenas um bloco para discutir união aduaneira. Em março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai deram início ao processo de integração do Cone Sul. O Tratado de Assunção constituiu o Mercado Comum do Sul e, em seu art. 24, previa o estabelecimento da Comissão Parlamentar, ou seja, os Legislativos atuam de forma intensa na união regional do bloco. Em 1994, na cidade de Ouro Preto, foi criada a estrutura institucional do Mercosul, que incluiu a Comissão Parlamentar Conjunta, composta por representações dos parlamentos nacionais dos Estados membros do bloco.

Salientou que o Parlamento do Mercosul não tem autonomia para criar nenhuma lei. Ele apenas apresenta um projeto de normas, um anteprojeto, que é encaminhado ao Conselho do Mercado Comum para o Executivo. Uma vez aprovado pelos quatro Estados membros, é enviado para os parlamentos nacionais dos países integrantes do bloco. Esses parlamentos dirão se a norma deverá vigorar dentro do bloco. Portanto, o parlamento regional é um órgão apenas consultivo. Ele tem apenas o caráter de abrir debates, de ampliar as discussões, porque não delibera. A deliberação passa necessariamente pelos parlamentos nacionais. Por isso, algumas pessoas dizem que o parlamento do Mercosul é ineficaz, porque não possui a prerrogativa de aprovar.

O convidado destacou ainda que o Tratado de Ouro Preto, que prevê eleições diretas para o parlamento regional em 2010, dificilmente seria cumprido. Em especial, Brasil e Argentina não deverão conseguir cumpri-lo, neste ano, com a determinação do Protocolo de Ouro Preto. No entanto, ressaltou que esse acordo político também aprovou uma segunda etapa de transição para a composição do Parlamento do Mercosul a partir de 2014, quando deverão ser realizadas eleições simultâneas nos países membros do bloco.

Finalmente, o Deputado George Hilton criticou o curto tempo definido no Protocolo de Ouro Preto para a realização de eleições diretas para o parlamento regional. Ressaltou que o Parlamento Europeu existe há 60 anos e até hoje existem pendências a serem cumpridas. Assim, entende que precisamos de mais quatro anos para que as eleições diretas sejam realizadas. Nesse ínterim, os parlamentares regionais teriam que ser Deputados Federais e acumular a função, apesar de essa não ser a melhor solução.

O Sr. Gustavo Gabriel Canteros fez uma análise da situação atual do Mercosul, fazendo duras críticas à atuação do Parlasul. Inicialmente destacou que falta uma verdadeira união entre os povos do Cone Sul, frisando que o Mercosul não cria cidadania, mas espaços de trabalho para políticos desempregados. Argumentou que hoje os nossos políticos não têm como falar das eleições para o Parlamento do Mercosul, porque essa não seria uma decisão acompanhada pelo povo. Citando o exemplo da Argentina, disse que, com tanta pobreza e problemas internos, não há como discutir a eleição de parlamentares para o Mercosul.

Em seguida, comentou que a atuação do Mercosul tem sido direcionada, principalmente, a solucionar conflitos econômicos, relacionados a barreiras alfandegárias, e que atualmente o fórum de discussão política para o Cone Sul tem sido a União da Nações Sul-americanas - Unasul. Citou como exemplo o Brasil, que hoje tem muito mais contato com a Unasul que com o Mercosul. Assim, comentou que, se o Mercosul será somente um processo de discussão econômica e a Unasul está tendendo a ser um processo de discussões políticas, talvez seja interessante pensar em construir o Parlamento da Unasul.

Finalizou sua apresentação conclamando Deputados, Vereadores, representantes dos trabalhadores legislativos, professores universitários, organizações governamentais e não governamentais a começarem a trabalhar juntos, promovendo mais espaços para a discussão sobre a capacitação política no âmbito do Mercosul, como uma grande ferramenta para sairmos da estagnação desse bloco.

A Sra. Magna Maria Inácio apresentou um levantamento sobre o funcionamento dos Legislativos nos países que fazem parte do Mercosul, chamando a atenção para alguns aspectos políticos e institucionais dos Legislativos nesses países, para a sua dinâmica de funcionamento, bem como para algumas percepções dos legisladores, hoje representantes nestas Casas, visando entender os desafios de construção de marcos legais e institucionais necessários à operação do Mercosul.

Destacou que há diferentes condições de expressão dos interesses políticos nos Legislativos nacionais e também diferentes custos e condições de negociação política desses acordos, de produção de consenso e de produção de decisões políticas nessas casas legislativas. Segundo a convidada, a construção de um marco jurídico legal adequado para a operação do Mercosul requer o alinhamento dos Legislativos nacionais. Assim, é necessário olhar para a atuação das casas legislativas desses países e observar como elas funcionam, o que afeta a sua capacidade de produzir decisões, quais os interesses que prevalecem, a capacidade de expressar interesses regionais, locais e como isso pode ser um fator de tensão quando se discutem interesses regionais, que podem até contrariar os interesses locais, os interesses de cada um desses países.

Em seguida, a convidada trouxe informações de pesquisa realizada há mais de 10 anos com Deputados dos 18 países da América Latina e alguns dados sobre os países membros do Mercosul, objetivando entender a disposição dos parlamentares e os seus valores e percepções, que podem afetar a sua atuação e decisão ao avaliar projetos de interesse do bloco. Destacou o componente partidário como um importante fator a ser considerado no momento de avaliar a atuação parlamentar. Citou como exemplo o Brasil e a Argentina, onde mais de 70% dos parlamentares disseram que representam os eleitores do seu distrito, e não necessariamente os interesses partidários.

Finalmente, a professora Magna destacou a relação com a forma de estruturação do Executivo e do Legislativo nos países da região, ressaltando a forma como o Executivo lida e se relaciona com esse Poder tão crucial e representativo da sociedade. Para a convidada, além dos partidos políticos, um agente importante de coordenação das decisões legislativas nesses países - em menor ou maior grau - é o Poder Executivo. Há variações importantes, mas um elemento a ser destacado é que, em alguns desses países, o Presidente tem grande capacidade de controlar a agenda legislativa. Citou como exemplo o Brasil, onde o Executivo está fortemente integrado ao processo legislativo nacional, possuindo uma grande capacidade de influenciar as decisões.

O Vereador Iran Barbosa ressaltou a importância do Mercosul e manifestou sua convicção de que esse mercado comum tende a crescer e que Belo Horizonte deverá se preparar para ocupar um lugar de destaque, oferecendo um espaço de debate sobre os temas relacionados ao Mercosul. Inicialmente, o Vereador afirmou ter uma posição mais regionalizada e disse estar trabalhando arduamente para que a Capital mineira possa estar preparada para o Mercosul.

Em seguida, corroborou a opinião do Sr. Gustavo Canteros, enfatizando a necessidade de intercâmbio de conhecimento entre os países do Mercosul. Sugeriu que a Escola do Legislativo promovesse uma capacitação na área da diplomacia internacional parlamentar.

Tema: A saúde pública no âmbito do Mercosul

O avanço da integração internacional, ainda que se dê principalmente pela integração comercial e financeira entre os diferentes países, inclui ainda diversos outros aspectos. Um dos mais importantes é o da integração de políticas de saúde.

A aproximação entre os países e as facilidades de transporte apresentam desafios, como a regulamentação do comércio de fármacos, o tráfico de órgãos e tecidos e a disseminação de doenças infecto-contagiosas. Apresentam também, e em maior quantidade, diversas oportunidades, como a cooperação para a pesquisa, o turismo médico e o combate conjunto a endemias e epidemias. À medida que a população mundial registra maior expectativa de vida, as questões referentes à saúde têm recebido maior atenção, e a cooperação internacional torna-se cada vez mais importante para gerir as questões advindas do envelhecimento global.

No âmbito da integração dos países do Mercosul, essas questões têm recebido especial atenção, em fóruns como a Reunião de Ministros da Saúde e o Subgrupo de Trabalho 11 - Saúde. O Parlamento do Mercosul, por meio da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo, também se mostra atento às questões da área de saúde. A partir da atuação conjunta desses fóruns, está se consolidando um corpo de normas que visam ao atendimento das questões referentes à saúde dos países membros do Mercosul.

A Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul promoveu reunião em 10/9/2009 para discussão da saúde pública no âmbito da integração do Cone Sul.

Deputados presentes: Antônio Júlio; Carlos Pimenta; Tenente Lúcio.

Convidados presentes: Sr. Geraldo Thadeu, Deputado Federal e membro da representação brasileira do Parlamento do Mercosul no Congresso Nacional; Sr. Francisco Antônio Tavares Júnior, Assessor-Chefe de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES-MG -; Sr. Fernando Antônio Gomes Leles, Assessor-Chefe de Gestão Regional, representando o Deputado Estadual Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Exposições

O Deputado Federal Geraldo Thadeu fez um relato sobre a progressiva integração dos países no âmbito do Mercosul. Falou também sobre as virtudes e os problemas do sistema de saúde brasileiro, comparando-o com os sistemas de saúde dos demais países membros.

O Sr. Francisco Antônio Tavares Júnior descreveu inovações na gestão da saúde pública em Minas Gerais, como a implantação do Programa Saúde em Casa, que melhor se adaptam ao perfil epidemiológico da população mineira. Sobre a crise da gripe H1N1, a chamada "gripe suína", então ainda em curso, afirmou que nesse tipo de evento a Secretaria de Saúde de Minas Gerais atua conjuntamente com outras entidades, sob coordenação do Ministério da Saúde.

O Deputado Carlos Pimenta destacou a necessidade de que os cidadãos do Mercosul possam usufruir, com agilidade, de atendimento médico de emergência em qualquer dos países membros. Alertou que a Doença de Chagas ainda representa risco em determinadas regiões de Minas Gerais e que o combate a essa endemia deve ser prioridade. Lembrou que outros países, como a Argentina, já conseguiram efetivamente erradicar essa doença.

O Deputado Antônio Júlio defendeu que a atenção à saúde no Brasil não deve ser tratada unicamente pelo governo federal, que deveria analisar as peculiaridades de cada região, como a questão fronteiriça, assunto urgente considerando-se o contexto da reunião, quando a gripe H1N1 era epidêmica. Lembrou ainda o caso de outros países, como a Colômbia, que tiveram um melhor enfrentamento da gripe H1N1 que o Brasil.

Tema: A organização do setor turístico nos países integrantes do Mercosul

A audiência pública foi realizada em 15/10/2009 e teve como objetivo discutir a organização do setor turístico nos países integrantes do Mercosul, os programas existentes e as perspectivas de maior integração entre esses países e o Estado de Minas Gerais no que diz respeito às políticas voltadas para o turismo.

Deputados presentes: Antônio Júlio; Carlos Gomes.

Convidados presentes: Sr. Maurílio Soares Guimarães, Secretário Adjunto de Turismo do Estado de Minas Gerais, representando Érica Campos Drumond, Secretária de Turismo; Sra. Izabel Dayrell, Assessora de Promoção da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais; Sr. Pablo Antonio de Angelis, Cônsul Adjunto do Consulado-Geral da República Argentina; Sr. Marcos Pereira Cardoso, Cônsul Honorário da República do Paraguai; Sra. Luciana Araújo Camargos, Chanceler do Consulado-Geral da República Oriental do Uruguai; Sra. Rosi Matos, Secretária do Consulado-Geral da República Oriental do Uruguai; Sr. Jaime Fortes Júnior, Secretário Municipal de Esportes de Ouro Preto.

Exposições

O Deputado Antônio Júlio, coordenador dos trabalhos, destacou que o potencial turístico de Minas Gerais é pouco explorado pelos países integrantes do Mercosul. Em seguida, destacou que um dos objetivos dos trabalhos da Comissão é desenvolver uma política de aproximação turística.

O consul adjunto da Argentina, Sr. Pablo Antonio de Angelis, destacou a importância das relações econômicas entre o Brasil e a Argentina, enfatizando que, na área do turismo, o Brasil, depois do Uruguai, é o segundo destino turístico argentino e que, em 2009, cerca de 850.000 argentinos visitaram o Brasil. Em seguida, relatou algumas ações que o Consulado Argentino em Minas Gerais tem desenvolvido nos últimos anos, destacando que entende o turismo como uma via de mão dupla e ressaltou os esforços que tem feito para divulgar Minas Gerais, em especial a Capital Belo Horizonte, as cidades históricas e as cidades do circuito das águas para seus compatriotas.

Ressaltou a importância da criação da oficina do Mercosul em Tóquio, Japão, em 2009, como uma forma de profissionalizar o turismo unificado nos países do Mercosul e de possibilitar aos países do bloco participar de grandes feiras de turismo mundial, como as de Cingapura e de Dubai.

No final, apresentou um vídeo com as principais atrações turísticas da Argentina.

O Deputado Carlos Gomes ressaltou a importância da discussão do turismo e a integração dos países do Mercosul. Salientou que o potencial turístico brasileiro, especialmente o de Minas Gerais, é muito grande, porém pouco explorado. Informou que algumas modalidades estão sendo bem debatidas e praticadas, como a gastronomia, sendo realizados vários eventos em Belo Horizonte como, por exemplo, o "Comida di Buteco", que gera receita e entretenimento.

O Cônsul Marcos Pereira Cardoso disse que o Paraguai está iniciando uma nova fase na promoção do turismo, buscando divulgar com maior intensidade, no exterior, as principais regiões do seu país. Destacou que Minas Gerais tem pouca divulgação no Paraguai, a não ser pelas obras

de Oscar Niemeyer, conhecidas pelos estudantes de arquitetura, e a cidade de Ouro Preto, que é uma referência mundial. Dentre as iniciativas de integração destacou o intercâmbio cultural que tem ocorrido entre as universidades de Assunção e as de Minas Gerais. Por outro lado, ressaltou que os turistas paraguaios têm encontrado dificuldade em trocar suas moedas em Minas Gerais, porque o guarani, moeda paraguaia, não tem câmbio em Belo Horizonte.

A Sra. Luciana Araújo Camargos apresentou os atrativos turísticos do Uruguai, país que, tradicionalmente, recebe os viajantes de diversos países, inclusive do Brasil, atraídos pela beleza de suas paisagens e pela cordialidade dos uruguaios. Ressaltou que o Consulado tem como uma de suas atribuições divulgar o turismo uruguaio entre as agências de viagem e a comunidade em geral.

A Sra. Rosi Matos ressaltou que o Consulado Uruguaio está preocupado em divulgar mais ainda o Uruguai em Minas Gerais, sendo que existe um projeto a ser aprovado no Ministério de Turismo do Uruguai, para uma divulgação mais constante e eficiente.

O Sr. Jaime Fortes Júnior ressaltou a qualidade da discussão da reunião sobre o turismo no âmbito o Mercosul, destacando que, com a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, temos de estar todos irmanados na realização desse turismo coletivo e nessa integração do Mercosul.

O Sr. Maurílio Soares Guimarães destacou que Minas Gerais é um Estado muito grande, com atrativos para todos os gostos, mas que nem sempre conta com uma boa infraestrutura. Ressaltou que o governo tem investido muito por meio dos recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur - e do aumento do balizamento e da iluminação dos aeroportos. No entanto, salientou que é preciso que o empresariado coopere com a melhora da infraestrutura, no que cabe à iniciativa privada.

Tema: As atividades de comércio e indústria e as perspectivas de integração do comércio de Minas Gerais com os países integrantes do Mercosul

A audiência pública ocorreu no dia 19/11/2009 e teve como finalidade discutir as atividades de comércio e indústria, a forma de organização e de atuação dos referidos setores nos países integrantes do Mercosul e as perspectivas de maior integração do comércio de Minas com os demais países do bloco.

O tema é de relevância haja vista a existência, no âmbito do Mercosul, do Subgrupo de Trabalho nº 7 - Indústria - o SGT-07. Esse subgrupo tem composição tripartite, isto é, conta entre seus membros com representantes dos setores governamental e privado - empresários e sindicalistas - de todos os Estados membros. Entre esses membros encontram-se representantes da CNI, agremiações sindicais, Inmetro, Sebrae, BNDES, MCT, Apex, MRE e de outros órgãos e entidades que atuam em temas afetos e seus correspondentes nos demais Estados membros. Atualmente os trabalhos do SGT-07 têm como foco a integração produtiva, cujo objetivo principal é buscar a integração dos principais setores produtivos do bloco, com ênfase na cadeia produtiva de madeira e móveis, primeiro foro de competitividade do Mercosul, instalado em março de 2003. Para apoiá-lo em suas tarefas, o subgrupo conta com três comissões temáticas, que possuem competências específicas e atuam de forma coordenada, em sinergia com os fóruns. São elas a Comissão de Micro, Pequenas e Médias Empresas e Artesanato, a Comissão de Qualidade e Inovação e a Comissão de Propriedade Intelectual.

Assim, antes das exposições dos convidados, apresentamos um diagnóstico das relações comerciais e industriais no âmbito do Mercosul, bem como o panorama recente do comércio exterior de Minas Gerais.

Mercosul Econômico - Comercial

A conformação e a consolidação do Mercosul como união aduaneira entre os quatro países envolvem a administração subregional das políticas comerciais, superando o recurso de adoção de medidas unilaterais dessa natureza, garantindo condutas previsíveis e não prejudiciais para os parceiros.

Portanto, a entrada em vigor de uma Tarifa Externa Comum - TEC - significa que as eventuais modificações dos níveis de proteção dos setores produtivos tenham de ser consensualizadas de forma quadripartite, provendo um ambiente de maior previsibilidade e certeza para a tomada de decisões dos agentes econômicos.

A nova política comercial comum tende a fortalecer e reafirmar os processos de abertura e de inserção nos mercados mundiais. O Mercosul foi concebido como um instrumento para a inserção mais adequada de nossos países no mundo exterior, contando com a TEC como um instrumento para melhorar a competitividade. Esse novo cenário gera maior previsibilidade e certeza na estrutura tarifária, fomentando o comércio intrarregional e novos investimentos de empresas regionais e estrangeiras que tentam aproveitar as vantagens e os atrativos do mercado ampliado.

A captação de investimentos é um dos objetivos centrais do Mercosul. Em um cenário internacional tão competitivo, em que os países se esforçam para oferecer estímulos aos investidores, a busca e a consolidação da união aduaneira tenderão a ser vantagens fundamentais, pois isso oferecerá um ambiente muito propício para atrair capitais. Apesar de todas as dificuldades decorrentes do cenário econômico internacional restritivo e dos inconvenientes resultantes dos processos de reestruturação das economias internas, o Mercosul tem sido um dos principais receptores mundiais de investimentos estrangeiros diretos.

O Mercosul estabelece como objetivo que o processo de integração ocorra sobre bases realistas e flexíveis, para que possa adaptar os instrumentos às realidades dos quatro países que constituem o bloco. Por isso, em 2000, os Estados membros do Mercosul resolveram iniciar uma nova etapa do processo de integração regional, cujo objetivo fundamental foi consolidar o caminho para a união aduaneira, tanto no âmbito subregional quanto no externo.

Nesse contexto, os governos dos Estados membros do Mercosul reconhecem o papel central da convergência e da coordenação macroeconômica no aprofundamento do processo de integração. A partir desse momento, os Estados membros resolveram priorizar o tratamento dos seguintes temas: agilização dos trâmites nas fronteiras; convergência da tarifa externa comum e eliminação de sua dupla cobrança; adoção de critérios para a distribuição da renda aduaneira dos Estados membros do Mercosul; fortalecimento institucional; relacionamento externo do bloco com outros blocos ou países.

Quanto à eliminação da dupla cobrança da TEC, o primeiro avanço importante ocorreu em 2004, quando a Decisão CMC nº 54/04 foi aprovada. Dessa forma, foram estabelecidas as diretrizes para o processo de transição para o pleno funcionamento da união aduaneira. A regulamentação da Decisão CMC nº 54/04 foi aprovada em 2005, mediante a Decisão CMC nº 37/05.

Conforme a referida decisão, esse processo procura avançar em normas e procedimentos que facilitem tanto a circulação quanto o controle, dentro do Mercosul, dos bens importados no território aduaneiro ampliado e estabelecer um mecanismo de distribuição da renda aduaneira e a eliminação da multiplicidade de cobrança da TEC, com vistas a estimular a incorporação de valor agregado nos produtos originários da união

aduaneira e a promoção de novas atividades produtivas.

Foi estabelecido, portanto, o princípio de que os bens importados do resto do mundo que cumprissem a política tarifária comum receberiam o tratamento de bens originários do Mercosul, tanto para sua circulação dentro do território dos Estados membros quanto para sua incorporação nos processos de produção. Com vistas a permitir a implementação do que estabelece o art. 1º da Decisão CMC nº 54/04, previu-se: a adoção do Código Aduaneiro do Mercosul; a interconexão "on-line" dos sistemas informáticos de gestão aduaneira existentes nos Estados membros do Mercosul; um mecanismo para a distribuição da renda, com a definição de modalidades e procedimentos.

A partir desse momento, progrediu-se na interconexão "on-line" das aduanas dos quatro Estados membros, tornando operante e disponível o Sistema de Intercâmbio de Informações dos Registros Aduaneiros (Sistema Indira) em cada uma das aduanas dos países do Mercosul.

Foram aprovadas, ainda, normas tendentes ao estabelecimento de mecanismos para facilitar e simplificar o comércio intrazona, tais como a Resolução GMC nº 21/05, "Mecanismo para a Facilitação do Comércio Intrazona", e a Resolução GMC nº 2/09, "Procedimento Simplificado de Despacho Aduaneiro Intra-Mercosul".

O Conselho do Mercado Comum aprovou, no ano de 2007, o "Sistema de Pagamento em Moedas Locais" para o comércio entre os Estados membros do Mercosul, objetivando reduzir os custos financeiros nas transações comerciais e contribuir para o incremento do intercâmbio de bens entre os países membros. Em 2009, mediante a aprovação da Decisão nº 9/09, o sistema foi estendido a transações de qualquer natureza realizadas entre os Estados membros do Mercosul.

A fim de facilitar a aplicação do Regime de Origem Mercosul, tanto para as autoridades competentes quanto para os operadores comerciais, o Conselho Mercado Comum aprovou a Decisão nº 1/09, mediante a qual se unificaram todas as normas referidas ao Regime de Origem Mercosul.

No segundo semestre de 2009, a Comissão de Comércio do Mercosul aprovou a Diretriz nº 30/09, que prevê a substituição progressiva dos certificados de origem em papel por certificados de origem digitais, o que contribuirá para facilitar o comércio entre os Estados membros.

A correção das assimetrias estruturais e o desenvolvimento produtivo no Mercosul

Em seu caminho para o aprofundamento do processo de integração, o tratamento das assimetrias ocupa em sua agenda interna uma posição relevante e transversal. Por isso, a partir de 2006, os Estados membros reafirmaram o caráter prioritário do tratamento das assimetrias no âmbito do Mercosul.

De acordo com esses objetivos, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Focem -, por meio da aprovação da Decisão CMC nº 45/04, destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a coesão social - especialmente das economias menores e das regiões menos desenvolvidas - e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração.

A criação do Focem é um marco no processo de integração. Dez anos é a vigência mínima dessa ferramenta, que visa oferecer respostas mais estruturais e de longo prazo na abordagem das assimetrias. O Focem é formado com contribuições anuais dos Estados membros que totalizam cem milhões de dólares. As contribuições dos Estados membros foram estabelecidas segundo as seguintes percentagens: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%.

Os recursos são distribuídos de forma inversamente proporcional ao montante das contribuições realizadas: Paraguai: 48%, Uruguai: 32%, Argentina: 10% e Brasil: 10%.

Levando em conta os objetivos do Focem estabelecidos na Decisão CMC nº 18/05, foram previstos os seguintes programas: 1) Programa de Convergência Estrutural; 2) Programa de Desenvolvimento da Competitividade; 3) Programa de Coesão Social; 4) Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração.

Até hoje, no âmbito normativo que regula o Focem, foram aprovados 25 projetos, dos quais quatorze foram apresentados pelo Paraguai, seis pelo Uruguai, um pelo Brasil, três pela Secretaria do Mercosul, sendo que um projeto é pluriestatal (Programa Mercosul Livre de Febre Aftosa - Pama). Esses programas estão voltados para as áreas de moradia, transporte, incentivos às microempresas, biossegurança e capacitação tecnológica, aspectos institucionais do Mercosul e questões sanitárias, entre outras.

Outro tema de importância central na agenda interna do Mercosul dos últimos anos é a integração produtiva e o desenvolvimento da competitividade no âmbito regional. Em 2006 surgiu a iniciativa de "avançar para a integração produtiva regional com desenvolvimento social e com ênfase na promoção de empreendimentos produtivos regionais que incluam redes formadas, especialmente, por PMEs e Cooperativas".

À luz desses acontecimentos, diversos aspectos ligados à integração produtiva foram debatidos, quais sejam: a coordenação de políticas científicas e tecnológicas, a conformação de cadeias produtivas regionais, a criação de fundos regionais de financiamento para o setor produtivo, a aprovação de instrumentos que favoreçam a promoção de empreendimentos produtivos regionais que incluam redes integradas especialmente por PMEs e cooperativas e a coordenação de políticas públicas e privadas, entre outros.

Integração produtiva

Por meio da Decisão CMC nº 12/08 foi aprovado o "Programa de Integração Produtiva do Mercosul", cujo objetivo central é o fortalecimento da complementaridade produtiva das empresas do Mercosul, especialmente a integração nas cadeias produtivas das PMEs e das empresas dos países de menor tamanho econômico relativo, com vistas a aprofundar o processo de integração do bloco, consolidando o aumento da competitividade dos setores produtivos dos Estados membros e fornecendo ferramentas adicionais que venham a melhorar sua inserção externa.

O programa inclui sete linhas de ação horizontais: a cooperação entre os organismos ligados ao desenvolvimento empresarial e produtivo, a complementação em pesquisas, desenvolvimento e transferência de tecnologia, a formação de recursos humanos, a coordenação com outros âmbitos do Mercosul, a geração de informações e seu processamento, a coordenação de medidas de facilitação do comércio e o financiamento, entre outras ações que venham a ser objeto de resolução. No âmbito setorial, o programa prevê o desenvolvimento dos foros de competitividade e de iniciativas de integração.

Foi criado o Grupo de Integração Produtiva - GIP -, dependente do Grupo Mercado Comum, cuja função é coordenar e executar o Programa de

Integração Produtiva do Mercosul, bem como todas as propostas e ações ligadas a essa temática. No decorrer do ano de 2009, o Grupo de Integração Produtiva deu seguimento aos avanços registrados nas cadeias automotiva, de petróleo e gás; metal mecânica; de madeira e de móveis; de turismo; naval; e de farmacêuticos veterinários. Do mesmo modo, tomou a iniciativa de começar a trabalhar nas cadeias de produtos fitoterápicos, energia e agricultura.

Mediante a Decisão nº 11/09, o Conselho do Mercado Comum estabeleceu as condições específicas que facilitam a utilização dos recursos do Focem para o financiamento de projetos na área de Integração Produtiva, enquadrados no Programa II. Igualmente, foi aprovada a criação do Portal Empresarial do Mercosul, com o objetivo de favorecer e potencializar o associativismo empresarial, constituindo uma das oportunidades para a geração de iniciativas de integração produtiva para apresentar ao Grupo de Integração Produtiva e uma ferramenta de troca de informações dos atores públicos e privados envolvidos (Decisão nº 7/09).

Alinhados com os objetivos plasmados na Decisão nº 12/08, foi aprovada a criação do Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Decisão CMC nº 41/08), destinado a garantir, direta ou indiretamente, operações de crédito contratadas por médias, pequenas e microempresas que participem de atividades de integração produtiva no Mercosul. A contribuição total inicial dos Estados membros para o Fundo Mercosul de Garantias será de US\$100.000.000,00, integrados conforme as seguintes percentagens: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%. Da mesma forma que no Focem, o Fundo permite que os benefícios sejam concedidos de forma inversamente proporcional às contribuições realizadas.

No contexto da Cooperação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional - Aecid -, foram recentemente aprovados projetos sobre Integração Produtiva apresentados no âmbito do GIP.

Panorama recente do comércio exterior de Minas Gerais

Em 2009 as exportações de Minas Gerais totalizaram US\$19,51 bilhões. Esse total representou uma queda de 20,0% em relação a 2008. A queda das exportações mineiras foi menor que a queda de 23,1% das exportações nacionais, elevando a participação de Minas Gerais sobre o total brasileiro para 12,8%.

No acumulado do ano de 2009, as importações diminuíram 29,9% em comparação a 2008, totalizando US\$7,35 bilhões. As importações de Minas Gerais responderam por 5,8% do total brasileiro. O saldo comercial de Minas Gerais foi de US\$12,16 bilhões em 2009, enquanto o saldo nacional foi de US\$24,61 bilhões. Em relação a 2008, o saldo mineiro se reduziu em 12,9%; já o brasileiro diminuiu apenas 0,5%.

O comércio exterior mineiro registrou US\$26,86 bilhões em exportações e importações em 2009, respondendo por 9,6% do total brasileiro. Houve retração de 23,1% do fluxo comercial do Estado em relação a 2008.

Após o choque adverso no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, percebe-se uma lenta recuperação das exportações e importações do Estado. No quarto trimestre de 2009, as exportações de Minas Gerais apresentaram crescimento de 6,0% em relação ao trimestre anterior, totalizando US\$5,41 bilhões. As importações do último trimestre de 2009 apresentaram redução de 4,3% em relação ao terceiro trimestre de 2009, atingindo US\$2,06 bilhões. Ambos os valores ultrapassaram os valores do primeiro trimestre de 2008, período pré-crise, mas ainda estão bem abaixo da marca alcançada no terceiro trimestre de 2008.

A recuperação foi irregular após a brusca queda no quarto trimestre de 2008. O mês de outubro foi o período com maior valor exportado por Minas Gerais em 2009, apresentando um total de US\$1,88 bilhão. Após outubro de 2009, o valor exportado manteve-se próximo a US\$1,8 bilhão.

A queda das importações no quarto trimestre de 2008 foi ainda mais brusca que a redução percebida nas exportações. O mês de setembro foi o melhor mês para as importações mineiras em 2009, sendo importada a soma de US\$757 milhões. Por outro lado, o mês de fevereiro apresentou o menor valor, com apenas US\$436 milhões. O ano de 2009 fechou com queda nas importações ao longo dos últimos três meses.

Minas Gerais registrou um valor exportado de US\$24,96 bilhões entre janeiro e outubro de 2010. Contabilizou-se expansão das exportações em 56,2% na comparação com o valor verificado entre janeiro e outubro de 2009. A participação das exportações mineiras sobre as nacionais chegou a 15,3%. No acumulado do ano, as importações mineiras totalizaram US\$8,29 bilhões, respondendo por 5,6% das importações nacionais. Registrou-se crescimento de 37,4% em relação ao valor verificado em igual período do ano anterior.

O saldo comercial mineiro, que correspondeu a 114% do total brasileiro, atingiu US\$16,68 bilhões. Tal valor foi 67,5% superior ao valor verificado em igual período de 2009. Entre janeiro e outubro de 2010, a corrente de comércio mineira alcançou US\$33,25 bilhões, valor 51,0% superior ao mesmo período de 2009. O comércio exterior estadual correspondeu a 10,7% do comércio exterior nacional.

As exportações mineiras em outubro de 2010 cresceram 70,6% em relação a outubro de 2009, atingindo valor de US\$3,21 bilhões. O Estado contabiliza uma expansão das exportações de 56,2% no acumulado de 2010 (janeiro a outubro), em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$24,96 bilhões. Com a expansão, Minas Gerais passou a ser responsável por 15,3% das exportações nacionais. Minas Gerais foi o estado brasileiro, entre os principais exportadores, com o maior crescimento do valor exportado.

O número de produtos (NCM) exportados por Minas vem crescendo continuamente. Entre janeiro e outubro de 2010, o Estado exportou 2.726 tipos de produtos (NCM). Mesmo com a diversificação, as exportações concentram-se em poucos produtos. Os dez subgrupos de produtos mais exportados responderam por 80,3% do total exportado. São eles, em ordem decrescente: minério de ferro, café, ferro-liga, açúcar, produtos semimanufaturados de ferro ou aço, ouro em bruto, semimanufaturado ou em pó, celulose, produtos químicos inorgânicos, veículos de carga, motores para automóveis e suas partes. Entre janeiro e outubro de 2010, 599 produtos foram exportados, os quais não haviam sido exportados em igual período de 2009. Esse produtos representaram um total de US\$137,39 milhões.

Quanto às exportações de bens intensivos em tecnologia, foi verificado aumento de 26,5% nas exportações. O motivo foi, principalmente, o crescimento das exportações de produtos farmacêuticos, instrumentos, aparelhos médico-cirúrgicos, suas partes e acessórios, instrumentos e aparelhos de medida, controle ou precisão e impressoras e suas partes.

As importações de Minas Gerais alcançaram US\$903,7 milhões em outubro de 2010, registrando crescimento de 22,1% em relação ao mesmo mês de 2009. No acumulado do ano, o Estado contabiliza expansão de suas importações em 37,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US\$8,29 bilhões. As importações do Estado cresceram 37,4%, enquanto as importações brasileiras aumentaram 43,8%. Em consequência, a sua participação se reduziu em 0,2 ponto percentual em relação à participação registrada entre janeiro e outubro de 2009. Entre os principais Estados importadores, Minas Gerais foi o que registrou o segundo menor crescimento do valor importado.

Com o câmbio favorável às importações, o número de produtos importados cresceu em 278 produtos, totalizando 4.568 NCMs. Desse número, 3.244 apresentaram crescimento em relação ao período de janeiro a outubro de 2009. Mesmo com tantos produtos importados, os dez

principais subgrupos de produtos importados representam 45,9% do total importado. São eles: carvões minerais, automóveis, autopeças, adubos fertilizantes, produtos químicos orgânicos, computadores e acessórios, obras de ferro fundido, ferro ou aço, motores para automóveis e suas partes, demais minérios metalúrgicos, plásticos e suas obras.

Minas Gerais exportou para 185 países em 2009, um a mais do que no ano anterior. Os países da União Europeia deixaram de ser os principais clientes das exportações mineiras, cedendo o lugar para China, Hong Kong e Taiwan, que aumentaram suas importações em 12,5% em 2009. A China consolidou-se como o principal parceiro comercial em 2009, com crescimento absoluto de US\$4,73 bilhões e relativo de 2.012% em 10 anos. O Japão superou a Argentina, que caiu para a quinta posição em 2009, devido ao desempenho negativo das exportações para esse país (redução de 25,7% em relação a 2008). Os mercados de destino podem ser vistos no gráfico abaixo:

Minas Gerais importou de 125 países em 2009, seis países a mais que no ano anterior. A União Europeia continua responsável por quase um terço das importações mineiras (30,6%), seguida de Estados Unidos, Porto Rico e Canadá (19,0%) e China, Hong Kong e Taiwan (12,1%). O Mercosul (+2,9%) foi o único bloco que registrou crescimento de valor importado, em 2009.

Os demais blocos registraram queda de valor importado, sendo o Oriente Médio (-58,7%) e Aladi (-53,2%) os blocos com maior redução. Em 1999, o país do qual Minas Gerais mais importava era a Itália. Atualmente, as importações mineiras da Itália se reduziram em 12,4%, contribuindo para que o país perdesse posições para os Estados Unidos, Argentina, Alemanha e China. A China foi, entre as principais origens das importações mineiras, o país que apresentou maior crescimento entre 1999 e 2009 (+3.271,7%). Os mercados de origem podem ser vistos no gráfico abaixo:

Os principais produtos exportados pelo Estado de Minas Gerais para o Mercosul, no ano de 2009, de acordo com dados do Secex-MDIC, são: minério de ferro, café não torrado, ferronióbio, ouro em barras, fios e perfis, açúcar, pasta química de madeira, automóveis com motor, ferro fundido bruto, outros grãos de soja, outros silícios.

No que tange à pauta importadora do Estado de Minas Gerais de produtos cuja origem é o Mercosul, os dez principais produtos importados são: hulha betuminosa aglomerada, automóveis com motor, cloretos de potássio, partes e acessórios de carrocerias para veículos, outras hulhas, mesmo em pó (não aglomeradas), partes e acessórios para tratores e veículos automotores, enxofre a granel, ureia com teor de nitrogênio.

Deputados presentes: Antônio Júlio; Carlos Pimenta; Carlos Gomes; Doutor Rinaldo.

Convidados presentes: Sr. Didier César Olmedo Adorno, Embaixador Interino do Paraguai, Chefe da Missão Diplomática do Paraguai no Brasil; Deputado Federal Geraldo Thadeu, Membro da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul no Congresso Nacional; Sr. Lício Cadar, Presidente do Corpo Consular do Estado de Minas Gerais; Sra. Chyara Salles Pereira, Superintendente de Relações Internacionais da Subsecretaria de Assuntos Internacionais, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Sr. Marcos Pereira Cardoso, Consul Honorário da República do Paraguai; Sr. Rodrigo de Oliveira Perpétuo, Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte; Sr. Rodrigo Javier Velásquez Aguirre, Primeiro Secretário da Embaixada da República do Paraguai; Sr. Alexandre Brito, Consultor de Negócios Internacionais, representando Robson Braga de Andrade, Presidente da Fiemg; Sra. Vanessa Teles Castro, Assessora de Comércio Exterior do Consulado da República do Paraguai; Sra. Luciana Araújo Camargos, Chanceler do Consulado da República Oriental do Uruguai; Sra. Rosi Matos, Secretária do Consulado da República Oriental do Uruguai.

Exposições

O Presidente da Comissão Extraordinária Deputado Antônio Júlio abriu a reunião explicando as restrições que o Estado de Minas Gerais, como membro federativo, encontra em relação à integração produtiva e comercial com os demais Estados-membros do Mercosul. A centralização de competências na União em matéria de acordos internacionais, como é o caso, retira liberdade dos governos estaduais para a concretização de operações comerciais no âmbito do Mercosul.

O Deputado Federal Geraldo Thadeu enfatizou as dificuldades de plena integração oriundas das mudanças de legislatura nos países membros, em função da renovação da representação parlamentar. Ao tratar do Parlasul, destacou a importância de se manterem os critérios de proporcionalidade na composição deste, com cada um dos Estados membros tendo o mesmo número de representantes, situação atualmente vigente, mas sujeita a alteração a partir de 1º de janeiro de 2011, em conformidade com o Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul, em seu artigo 5º, I. No que tange ao incentivo à indústria e ao comércio, o Deputado citou a importância da existência do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Focem, fonte de fomento às pequenas e microempresas comerciais e industriais do Mercosul. O Focem, criado por meio da Decisão CMC nº 45/04, visa a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a integração socioeconômica e o funcionamento da estrutura institucional do mercado comum. Por fim, citou a importância que o Legislativo do Mercosul, oficializado em dezembro de 2008, tem para a agilização das discussões de questões econômicas relativas, entre outros, aos setores da indústria e do comércio.

A Sra. Vanessa Teles Castro discorreu sobre o papel das representações consulares no processo de facilitação das relações comerciais entre os países membros e, especialmente, o Estado de Minas Gerais. Informou que o Consulado do Paraguai em Belo Horizonte é o responsável por um projeto estratégico cuja função é contribuir para o desenvolvimento das exportações entre os países do bloco e o Estado de Minas Gerais, através da promoção de negócios e intercâmbios comerciais. Nesse sentido, enfatizou a relevância da criação de agências de promoção de negócios, de forma que exportadores tenham acesso pleno a informações sobre legislação fitossanitária, aduaneira e tributária internacionais, logística de transporte internacional de cargas etc. Citou ainda a importância da realização de missões e feiras internacionais de negócios e da criação de bancos de oportunidades de negócios, como elementos multiplicadores do comércio exterior entre os países membros. Exemplificou o fato através do sucesso de missão comercial e empresarial do Estado de Minas Gerais à província argentina de Córdoba, a convite da Comisión del Mercosur, órgão empresarial daquele país semelhante às federações industriais brasileiras.

O Embaixador Didier César Olmedo falou sobre o contexto de forte integração existente entre Brasil e Paraguai, destacando que cerca de 20% do fluxo comercial de seu país se dá com o Brasil, que representa acesso direto a mercados internacionais para produtos paraguaios uma vez que vigem as concessões especiais dos portos secos, outorgadas pelo Brasil ao Paraguai. Informou que o Estado de Minas Gerais é hoje o principal fornecedor ao Paraguai de produtos derivados de minério de ferro, bem como é relevante a troca comercial no setor de carnes. O Embaixador revelou ainda sua preocupação quanto à necessidade de maior integração do mercado comum através do fortalecimento da atuação dos governos regionais, que gerem efeitos de sinergia ainda no campo de infraestrutura, logística de transportes e áreas sociais.

A Chanceler Luciana Araújo Camargos discursou sobre o perfil da economia uruguaia, enfatizando a importância econômica e comercial dos setores agropecuário, têxtil, químico e financeiro de seu país. Informou da relevância da integração comercial e abertura econômica que o Mercosul trouxe ao Uruguai, coexistindo com um cenário interno de estabilidade monetária e confiança creditícia. Comentou sobre a forte atratividade exercida por seu país sobre o capital internacional, uma vez que a legislação uruguaia prevê isenções tributárias aos investidores financeiros. Ainda no que tange ao sistema de regulação nacional, caracterizou o alto grau de liberdade e mobilidade de recursos dentro do país, exemplificando o ambiente institucional pela facilidade de abertura de novas empresas e negócios, por um mercado cambial livre, por uma

legislação de comércio exterior francamente favorável à exportação e por um mercado de trabalho pouco regulado. De acordo com a Chanceler, existe um forte grau de complementaridade comercial entre Brasil e Uruguai, uma vez que o primeiro é fornecedor de insumos industriais, maquinários, materiais de transporte e produtos eletroeletrônicos, comprando do Uruguai produtos agroindustriais e químicos. Forneceu ainda estatísticas recentes da evolução das trocas comerciais entre os dois países, ressaltando que o Estado de Minas Gerais é atualmente responsável por aproximadamente 4% do total das exportações do Brasil para o Uruguai. Entretanto, do total das exportações mineiras, apenas 0,2% destina-se ao seu país, com destaque para produtos metalúrgicos, veículos automotores e materiais de transporte, totalizando 76% da pauta exportadora mineira com destino ao Uruguai.

A Sra. Rosi Matos informou que o Consulado do Uruguai em Minas Gerais tem uma carteira comercial estruturada que pode fornecer informações comerciais ao empresário interessado em estabelecer relacionamento comercial com o país. Destacou que a excelência de seu país em produção agropecuária se deve em boa medida a razões históricas ligadas ao embate do povo uruguaio no processo de independência do país, derivado do sentimento do direito à propriedade da terra como direito natural. Por fim, ressaltou o relativo atraso tecnológico e industrial de seu país, atribuindo-o ao período ditatorial que viveu o país, destacando, entretanto, que o dogma político atual é pela abertura comercial e econômica, sem impedimentos.

A Sra. Chyara Salles Pereira falou sobre a importância da existência de unidades supranacionais como instâncias aceleradoras do processo de integração econômica. Citou o exemplo da União Europeia que, ao criar uma instituição supranacional, conseguiu viabilizar unidade em termos de padronização aduaneira interna, moeda única, fluxos migratórios, etc., resguardando o mercado comum de variáveis políticas importantes, como o período de transições entre governos. Tal contexto permite, por exemplo, maior agilidade nas tomadas de decisão quanto à promoção comercial, política aduaneira, fluxos comerciais, etc. Defendendo a necessidade de uma instância supranacional, observou que o cenário atual do Mercosul é marcado por acentuada assimetria, classificando Argentina e Brasil como países com forte grau hegemônico sobre os outros dois demais membros do mercado comum, Paraguai e Uruguai, o que, acredita, viola seu princípio básico constitutivo. Dentro do escopo da discussão a respeito de uma instância supranacional reguladora das relações no Mercosul, a Sra. Chyara cita a Rede Mercocidades, ainda incipiente em seu alcance de resultados, dado o diálogo recente com as municipalidades.

O Sr. Alexandre Brito iniciou sua exposição com o diagnóstico de um quadro de estagnação de que padece o Mercosul. Segundo ele, tal quadro é derivado não somente dos conflitos comerciais e de naturezas afins, mas sobretudo da falta de um cronograma de discussão e de definição de questões fundamentais. Elencou questões não resolvidas: a continuidade da lista de exceção; a demora na definição do regime automotivo; a classificação tarifária divergente, sem harmonização da codificação; estruturas alfandegárias imperfeitas. Embora reconheça a existência de foros adequados de discussão no âmbito do mercado comum, como, por exemplo, o tribunal arbitral e o tribunal permanente de revisão de sentenças, ele não vê perspectivas de curto prazo para o avanço na direção da criação de uma instância supranacional. Finalizando sua exposição, mencionou as dificuldades que o empresariado mineiro tem tido para quitar os recebíveis de vendas comerciais a empresas venezuelanas, razão pela qual sugere atuação mais contundente dos países membros do Mercosul no sentido de um ajustamento da Venezuela à realidade de integração comercial do bloco.

O Sr. Rodrigo de Oliveira Perpétuo evidenciou a estratégia proativa da Prefeitura de Belo Horizonte, através de sua Secretaria de Relações Internacionais, no sentido da consolidação do processo de internacionalização da Região Metropolitana - RMBH. Lembrou que Belo Horizonte foi, no ano de 2004, a sede da reunião que aprovou a criação do Fórum Consultivo das Cidades e Regiões do Mercosul. O Fórum passou a funcionar efetivamente a partir de 2006 e, em 2007, aprovou-se seu regimento, dividindo-o em dois comitês, o primeiro de províncias, regiões e departamentos, e outro de Municípios, coordenado pela Rede Mercocidades. Informou também que a pauta do Fórum contempla cinco pontos de relevância: integração fronteiriça, promoção de trabalho decente nas cidades, integração produtiva, turismo e cultura. Aventou sobre a perspectiva de acesso por parte de governos locais a fontes de financiamento do Focem, sobre o qual já se discorreu anteriormente. Ele considerou frágil o marco regulatório brasileiro no sentido de estabelecer mecanismos legais de permissão ao protagonismo de governos locais, Estados e Municípios, ao designar a União como o único ente federativo capaz de realizar tratados internacionais. Finalizando sua exposição, sugeriu à Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG - que maior atenção seja canalizada para a constituição de um marco regulatório que permita maior acesso dos governos locais a ações de cooperação de cunho financeiro e técnico com organismos financeiros internacionais.

O Sr. Lício Cadar destacou que o Corpo Consular em Minas Gerais tem, hoje, 32 consulados junto ao Governo do Estado, com destaque para os esforços empreendidos para a expansão do número de câmaras de comércio atuantes no Estado, com mais de uma dezena delas já trabalhando ativamente.

Tema: As perspectivas de maior inserção das cooperativas de Minas Gerais nos mercados dos países membros do Mercosul

A audiência pública ocorreu no dia 10/12/2009 e versou sobre o cooperativismo no Mercosul. O tema tem destaque no âmbito do Parlasul, haja vista que a primeira norma aprovada pelo parlamento, em 28/4/2009, foi o projeto "Estatuto Cooperativo do Mercosul", como resultado do trabalho dos membros da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul. O objetivo do estatuto é harmonizar a legislação sobre cooperativas nos países do bloco, permitindo até mesmo a criação de cooperativas internacionais, e facilitando o cooperativismo de fronteira. O estatuto agora deverá ser aprovado em cada Casa Legislativa dos países membros. Desse modo, a Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul da Assembleia Legislativa de Minas Gerais preocupou-se em debater o tema no Estado, tradicional em cooperativismo, em especial no setor de agronegócios, para contribuir com as discussões que serão realizadas no Congresso Nacional.

Deputados presentes: Antônio Júlio; Carlos Pimenta; Tenente Lúcio.

Convidados presentes: Sr. Marcos Pereira Cardoso, Cônsul Honorário do Uruguai; Sra. Vanessa Teles Castro, Assessora de Comércio Exterior do Consulado do Paraguai; Sra. Rosângela Caldeira Mendonça, diretora de Promoção de Cooperativismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, representando o Secretário; Sra. Stephânia Aleixo, representando o Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte; Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira, Diretor de Administração e Desenvolvimento do Sicoob; Srs. Leonardo Pereira Santana e Isabela Perez, representando o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras; Sr. Romeu Diniz, assistente técnico do Ceasa; Sr. José Ramos, Conselheiro de Administração da Cofal.

Exposições

O Presidente Deputado Antônio Júlio abriu a reunião explicando as grandes dificuldades que o Estado encontra em relação à integração com as províncias ou com os Estados do Mercosul. A centralização em Brasília faz com que seja necessário apresentar sugestões à Comissão do Congresso Nacional, a fim de poder mostrar o que ocorre em Minas, relatando a dificuldade do empresário mineiro, em todos os setores, perante o Mercosul. Nesse contexto inserem-se também as cooperativas. Minas Gerais possui uma tendência forte de cooperativismo, contando com diversas cooperativas que fazem sucesso e dão resultados. Com o movimento de integração regional, as cooperativas podem vislumbrar maiores perspectivas. Assim, o objetivo da reunião foi apontar dificuldades e receber sugestões dos convidados, representantes de diversos setores ligados ao cooperativismo. O Deputado Tenente Lúcio, Presidente da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Associativismo, a esse propósito, colocou a Comissão à disposição para posteriores debates.

O Cônsul Marco Cardoso procurou demonstrar a importância do cooperativismo para os países do Mercosul, em especial o Paraguai, cuja economia é fortemente alicerçada em cooperativas, que correspondem a 80% do comércio. Segundo o Cônsul, os pequenos e médios comerciantes e produtores sentem a necessidade de ter a cooperativa ao lado deles para dinamizar e aumentar as suas vendas. Isso traz

reflexos no desenvolvimento do Mercosul.

De acordo com Vanessa Castro, uma vez que o Paraguai, o Uruguai e a Argentina estão bem estruturados com o cooperativismo para o negócio internacional, trabalhando com as cooperativas nas fronteiras, a Comissão do Mercosul está avançada em termos de cooperativismo. Não obstante, o Brasil está atrasado em relação aos vizinhos. Enquanto os outros países se utilizam largamente das cooperativas para a exportação, especialmente no agronegócio, o Brasil ainda se prepara pouco, desconhecendo os padrões internacionais de qualidade e perdendo oportunidades. A Sra. Vanessa fez um alerta aos presidentes das cooperativas, para que assumam o papel de fomentadores do negócio internacional dos seus clientes, dos seus cooperados.

A Sra. Rosângela Mendonça, por outro lado, reconheceu a necessidade de se definirem políticas públicas, trazendo a discussão sobre o que o Estado de Minas de fato pode inserir em seus programas e projetos para facilitar a internacionalização das cooperativas mineiras dentro do Mercosul.

A Sra. Stephânia Aleixo, da Prefeitura de BH, destacou que a Capital receberá a secretaria executiva rotativa da Rede Mercocidades em 2010 e 2011. A Rede Mercocidades, criada em 1995, visa aproximar os governos locais da estrutura do Mercosul. Belo Horizonte faz parte dessa Rede desde 1996. Com uma estrutura permanente em Montevideu, a Rede Mercocidades possui uma estrutura rotativa, que é a secretaria executiva, a qual Belo Horizonte recebeu em 1999 e 2000. A assessora destacou que Belo Horizonte se tornará a capital do Mercosul, favorecendo a inserção dos governos subnacionais na estrutura do Mercosul e abrindo um espaço de diálogo para os mineiros, com a estrutura do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul - FCCR. Assim, a Prefeitura terá um espaço de interlocução política direta com a estrutura do Mercosul em 2010, estratégico para as cooperativas não apenas de Belo Horizonte, mas de todo o Estado. A Secretaria de Relações Internacionais conduzirá esse processo coordenando a inserção da Prefeitura na secretaria executiva e no FCCR. A pauta do FCCR conterà quatro temas em 2010: cidadania regional, desenvolvimento econômico e integração produtiva regional, integração fronteiriça e acesso aos fundos de recursos. A inserção do cooperativismo seria uma pauta estratégica na questão de desenvolvimento econômico e integração produtiva.

O Sr. Márcio Olívio Villefort Pereira discorreu sobre a evolução do sistema cooperativo de crédito, que dá bases de sustentação financeira para outros sistemas cooperativos. Segundo ele, há hoje quase 200 cooperativas de crédito em Minas Gerais. Representante, do Sicoob Central Cecremge, informou que o sistema conta atualmente com 81 cooperativas filiadas, cerca de 1.700 empregos diretos e quase 1 bilhão de operações de crédito, considerando apenas o sistema Cecremge. Apesar de forte, o movimento ainda precisa crescer. Villefort ressaltou que 80% dos empresários paraguaios participam de uma cooperativa de crédito. Na Argentina, 25% da população participa de uma forma ou de outra do sistema cooperativista.

O Sr. Leonardo Pereira Santana, discorrendo sobre o cooperativismo em geral, informou que o Brasil possui hoje aproximadamente 7.700 cooperativas, 7.900.000 associados e 255.000 empregados. Trouxe dados que comprovam a importância do cooperativismo para a economia mineira: segundo informações de 2008, o PIB do cooperativismo representa 6,3% do PIB de Minas Gerais, revelando a pujança do cooperativismo. Mas as cooperativas mineiras exportam apenas 6,5% dos seus produtos para os países do Mercosul. Os dados mostram que o Mercosul é um mercado potencial para inserção das cooperativas. Apesar de existir um mercado em desenvolvimento entre Minas Gerais e o Mercosul, como demonstram atualmente as cooperativas do Alto Paranaíba, que exportam para a Argentina produtos como cenoura e cebola, a maior parte do mercado consumidor das exportações mineiras ainda é a União Europeia e a América do Norte, representando 78% do total exportado. As exportações do Brasil para o Mercosul, em 2008, foram de US\$197.000.000,00. As exportações totais das cooperativas brasileiras foram de US\$4.000.000,00 e representam 2% do total das exportações brasileiras. As exportações das cooperativas mineiras foram de R\$410.000.000,00, representando cerca de 10% de exportações das cooperativas brasileiras. Dessas exportações, cerca de US\$5.000.000,00 foram para o Mercosul. Esses dados mostram, portanto, que as cooperativas mineiras já estão alcançado o mercado regional; não obstante, há um grande espaço para crescer. As cooperativas têm de estar preparadas para ocupar esses espaços.

O Sr. Romeu Diniz, técnico do Ceasa, trouxe as peculiaridades do setor hortifrutigranjeiro. Conforme o convidado, o setor vive muitas dificuldades no tocante à organização, ao planejamento da produção e ao cuidado no pós-colheita. Há o reconhecimento de que o Mercosul é uma grande oportunidade para os produtores colocarem esses produtos no mercado externo. Os produtores, no entanto, estão pouco preparados, uma vez que a exportação de hortifrutigranjeiros do Brasil para outros países ainda é muito pequena. Afirmou que governo e técnicos que trabalham no sistema devem buscar alternativas para que esses produtores produzam, cada vez mais, produtos de maior qualidade e melhor embalagem. O técnico colocou-se à disposição para colaborar com o levantamento de problemas que o produtor enfrenta na sua cadeia, no processo de produção, abastecimento, classificação e embalagem.

O Sr. José Ramos, conselheiro da Cofal e consultor da Assembleia explanou sobre o sistema cooperativo no Brasil e no mundo, enfatizando a necessidade de aprimoramento da legislação, fundamental para dar apoio a todas as instâncias que estão operando no cooperativismo de crédito, tanto no nível municipal quanto no estadual e no federal. Além da legislação, considerou também a importância do profissionalismo dessas cooperativas, fato que as tem levado a níveis de organização e eficiência nunca antes almejados. A esse respeito, a Sra. Vanessa interveio, destacando novamente o papel da capacitação para o comércio exterior, pois, apesar do grande destaque, as cooperativas ainda desconhecem a legislação dos países para os quais pretendem exportar. A Sra. Vanessa citou o exemplo da cachaça brasileira, que encontra barreiras não alfandegárias externamente, dado o elevado teor de cobre resultante em sua produção, elemento considerado cancerígeno na União Europeia e Argentina. A Sra. Rosângela, por sua vez, citou a diferença de aguardente - bebida industrializada - e a cachaça artesanal, apontando o desigual tratamento tributário a que estão expostas. A Sra. Vanessa destacou que as empresas de aguardente vendem mais no exterior porque se preparam melhor, adequando-se ao padrões fitossanitários da comunidade europeia. Os produtores da cachaça artesanal, portanto, devem se adequar para atender às exigências do mercado, se quiserem exportar.

O Deputado Carlos Pimenta destacou a melhoria da legislação brasileira sobre as cooperativas. Se antigamente elas existiam a duras penas, hoje há uma legislação mais favorável, evidenciando uma predisposição dos governos estadual, municipais e federal ao cooperativismo. Entretanto, no Mercosul ainda falta uniformização legal. É preciso discutir e organizar a lei a fim de que não haja impedimento na entrada de produtos. Segundo o Deputado, sem uma legislação uniformizada, o impedimento para a expansão de fronteiras a fim de que Minas esteja presente em todos os setores é muito forte. Assim, o Estado não deve apenas esperar pela decisão nacional, mas atuar de forma relevante e protagonista, buscando acertar detalhes para que barreiras alfandegárias e burocráticas não sejam criadas.

Tema: A estratégia de adequação dos produtores de cachaça do Estado aos padrões fitossanitários da Comunidade Europeia e a proibição, pela Vigilância Sanitária Estadual, do uso de utensílios de cobre na produção alimentícia

O processo de integração entre os países e entre os blocos regionais não prescinde de debate e diálogo para o alcance de normas e procedimentos que sejam razoáveis às partes envolvidas. No que se refere aos padrões sanitários, essas questões são ainda mais relevantes, pois se referem, ao mesmo tempo, a questões de saúde pública, mas também a questões culturais e históricas. A divulgação pela imprensa mineira, em outubro de 2010, da restrição ao uso de cobre na produção de alimentos gerou grande clamor público, gerando preocupação sobre o fabrico artesanal da cachaça.

É nesse contexto que a Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul realizou, em 21/10/2010, audiência pública destinada a discutir estratégias para a adequação dos produtores mineiros de cachaça aos padrões sanitários da Comunidade Europeia, bem como a restrição ao uso de utensílios de cobre na produção alimentícia, determinada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Deputados presentes: Antônio Júlio; Carlos Pimenta; Domingos Sávio.

Convidados presentes: Sra. Joana Dalva de Miranda, técnica, representando a Sra. Sônia Maria Vieira Serufo, Superintendente da Vigilância Sanitária em Minas Gerais; Sra. Sílvia Maria Borim Codo Dias, Fiscal Federal Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais; Sr. Jorge Leonardo Duarte de Oliveira, Diretor da Central Exportaminas, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Sr. Alexandre Wagner da Silva, Presidente da Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade; Sr. Trajano Raul Ladeira de Lima, Coordenador da Câmara Técnica da Cachaça; Sra. Maria das Graças Cardoso, Coordenadora do Núcleo de Tecnologia da Cachaça da Universidade Federal de Lavras; Sra. Vanessa Teles Castro, Assessora de Comércio Exterior do Consulado do Paraguai; Sr. Marco Vale, Gerente de Certificação do Instituto Mineiro de Agropecuária, representando o Sr. Gilman Viana, Secretário de Estado da Agricultura.

Exposições

O Deputado Antônio Júlio fez uma defesa da integração entre os países que constituem o Mercosul, mas informou que ainda há muito o que ser feito, destacando a necessidade de um apoio maior por parte do governo federal. O deputado apontou as dificuldades que os produtores de cachaça artesanal vêm enfrentando para exportar seus produtos, em especial para a União Europeia, em função dos novos padrões sanitários impostos.

O Deputado Carlos Pimenta lembrou a importância da cachaça para a economia de diversos Municípios do norte de Minas. Em sua opinião, produtos exportados como cachaça não se comparam em qualidade à cachaça artesanal mineira.

A Sra. Joana de Miranda expôs que a regulação do uso do cobre se refere especificamente a produtos alimentares, e que a cachaça não é tecnicamente considerada alimento. Disse que a norma RDC 20/2007 da Anvisa, que restringe o uso de utensílios de cobre, a menos que estejam revestidos com outros metais, está harmonizada com as normas do Mercosul.

A Sra. Sílvia Dias, em consonância com a Sra. Dalva, apontou que a restrição imposta pela RDC 20/2007 refere-se apenas à produção de alimentos. Informou que o limite de teor de cobre imposto pelo Ministério da Agricultura (5 mg/L) é mais exigente que o da Anvisa, e que mesmo assim a grande maioria das cachaças inspecionadas encontra-se dentro das especificações. Apontou a importância do cobre para o processo produtivo e defendeu a revisão da RDC 20/2007, para clarificar seus termos e excluir expressamente dela o fabrico de bebidas destiladas.

O Sr. Marcos Vale informou que o IMA verificou as instalações de diversos alambiques, e que eles estavam tratando adequadamente a questão da presença de cobre na bebida. Também para ele a cachaça não estaria englobada pela RDC 20/2007.

O Sr. Jorge de Oliveira defendeu uma maior inserção da cachaça mineira no mercado internacional. Apontou que a Central Exportaminas vem apoiando os produtores mineiros.

O Sr. Alexandre da Silva expôs sua opinião de que as eventuais restrições ao uso do cobre no fabrico de cachaça se constituiriam em medidas derivadas de "lobby" de grandes produtores. Lembrou que outras bebidas também utilizam o cobre em seus processos produtivos.

O Sr. Trajano de Lima defendeu a cachaça mineira, afirmando que a sua composição química, além de segura, lhe atribui sabor único. Opinou que o atual tratamento tributário da cachaça é discriminatório contra os pequenos produtores.

A Sra. Maria das Graças Cardoso fez uma enfática defesa da cachaça mineira. Apontou que o uso de cobre na produção de cachaça atribui à bebida características peculiares de sabor e odor, que constituem o caráter da aguardente mineira. Segundo ela, em visitas aos alambiques, verificou que os produtores estão atentos à higiene e utilização racional do cobre, de forma a não contaminar a bebida com teores excessivos da substância.

A Sra. Vanessa Teles Castro apontou a dificuldade de se exportarem produtos a partir do Brasil. Segundo ela, a cachaça artesanal é tratada da mesma forma que a cachaça industrial, o que gera diversos problemas para o pequeno produtor que deseja exportar seu produto. Informou que a cachaça industrial, de menor qualidade, é a líder de consumo no exterior.

O Deputado Domingos Sávio defendeu que as agências reguladoras devem atuar de forma técnica e disse acreditar que essas agências muitas vezes têm atuado em defesa de grandes produtores, que agem por meio de "lobby". Ele acredita que o Mercosul, além de restrições sobre a política comercial do Brasil, deve oferecer também benefícios aos produtores brasileiros. Disse que a cachaça artesanal mineira é de qualidade, e que o seu consumo moderado não oferece riscos à saúde.

Em suas considerações finais, o Deputado Antônio Júlio alertou para o risco de que a criação de agências reguladoras acabe por sobrepor a função de discussão que é própria dos parlamentos. Alertou ainda que as agências estão sob influência dos grandes grupos econômicos.

4 - Visita técnica à sede do Parlasul, em Montevidéu - Uruguai

Nos dias 29 e 30/11/2010, os Deputados Antônio Júlio, Carlos Pimenta, Ivair Nogueira e Doutor Rinaldo Valério participaram, como observadores, de atividades do Parlamento do Mercosul, que compreenderam café da manhã de trabalho com o Embaixador no Brasil na Associação Latino-americana de Integração - Aladi - e Mercosul, Regis Arslanian, no dia 29 de novembro, às 8h30 e participação na sessão plenária no dia 29 de novembro, segunda-feira, às 14h.

A Mesa Diretora do Parlasul contou com a presença dos parlamentares Aloizio Mercadante (Brasil - Presidente), Mariano West (Argentina), Dr. Rosinha (Brasil), Ignacio Mendoza (Paraguai), Alfonso Gonzalez Nunez (Paraguai), Ruben Martinez Huelmo (Uruguai), Gustavo Penades, Tabaré Vieira e Doreen Ibarra (Uruguai). A delegação brasileira estava composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Neuto de Conto, Inácio Arruda, Marisa Serrano, Geraldo Mesquita Junior e Alfredo Cotait Neto, e pelos Deputados Federais Dr. Rosinha, Antonio Carlos Pannunzio, Renado Molling, José Paulo Toffano, Ruy Pauletti, Valdir Colatto, George Hilton e Nilson Mourão.

Os principais temas debatidos na reunião da Mesa Diretora do Parlasul, ocorrida no dia 28 de novembro, foram apresentados pelo Senador Aloizio Mercadante na reunião de trabalho com o Embaixador do Brasil na Aladi e a delegação brasileira em Montevidéu, com destaque para: a) agenda dos próximos eventos a serem realizados no âmbito do Mercosul, com destaque para a Cúpula Social do Mercosul, prevista para os dias 14 e 15 de dezembro, em Foz do Iguaçu e a Reunião do Conselho do Mercado Comum, prevista para os dias 16 e 17 de dezembro, com a participação da Mesa Diretora; b) análise da proporcionalidade na composição do Parlasul, com destaque para a possibilidade da entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul e as dificuldades dos países membros em adequar sua legislação para a eleição, por voto universal, dos membros do Parlasul; c) criação do Tribunal de Justiça do Mercosul, tendo sido sugerido que, no primeiro semestre de 2011, os presidentes

das cortes supremas dos países membros realizem uma reunião de alto nível em Montevideu; d) questões administrativas como a construção da nova sede do Parlasul, o encerramento dos contratos de trabalho com os servidores do Parlasul e a necessidade de realização de concurso público; e) orçamento do Parlasul para 2011, com a aprovação de um orçamento de US\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares), e cada país contribuirá, proporcionalmente de acordo com seu Produto Interno Bruto - PIB. Ficou decidido ainda que não se fará aumento das despesas de pessoal e que se continuará fazendo investimentos na construção da sede do Parlasul; f) agenda para a próxima reunião do Parlasul, que envolverá os temas: ajuste do calendário eleitoral, agenda de implantação da proporcionalidade, diretrizes para o novo orçamento, Tribunal de Justiça do Mercosul e modificação do Regimento Interno.

A reunião Plenária Parlasul teve início às 14 horas do dia 29 de novembro. Inicialmente foi lida e aprovada a ata da sessão anterior e lida e aprovada a ordem do dia. A pauta do Plenário teve como ponto principal, antes da ordem do dia, a realização de homenagem ao ex-parlamentar Romeu Tuma, do Brasil, e ao ex-Presidente argentino Nestor Kirchner. Falaram dois parlamentares por país e mais o Senador Magno Malta, do Brasil, especialmente convidado, o embaixador Regis Arslanian e o ex-Deputado Federal pelo Brasil Robson Tuma, filho de Romeu Tuma.

Na ordem do dia, o Presidente do Parlamento do Mercosul, Parlamentar Aloizio Mercadante, iniciou a discussão pela implantação da proporcionalidade. Abrindo as intervenções, o parlamentar Mariano West ressaltou que as discussões da Mesa foram muito valiosas e que deveriam ser estendidas a todos os parlamentares. Considera que há problemas na questão das etapas de transição e que será difícil estabelecer datas unificadas para as eleições. O Deputado Doutor Rosinha, em seguida, sobre o mesmo tema, corroborou a ideia de que será impossível concatenar as eleições para a mesma data nos próximos anos, mantendo-se os calendários eleitorais nacionais. Apresentou em seguida a ideia que prevaleceu na discussão na Mesa, de se iniciar 2011 com 37 vagas para o Brasil, e que a Argentina elegerá 43 no final de 2011. Com a posse dos 43 argentinos em 2012, o Brasil passa a indicar também 43, até sua eleição de 75 parlamentares. Sobre o Tribunal, propõe que se instaure o debate a partir da proposta já aprovada na Comissão de Assuntos Jurídicos. Tomando a palavra em seguida, o parlamentar Alfonso Gonzalez Nuñez corroborou esse entendimento e pediu que os pontos dessas modificações fossem aprovados por unanimidade na próxima sessão plenária. A Parlamentar Daniela Payssé, do Uruguai, apontou a questão da dificuldade constitucional de fazer a eleição direta no Uruguai. afirmou que marcar uma data em 2014 é impossível e apontou a necessidade, como contrapartida, de se reformar o mecanismo de tomada de decisões no Regimento Interno. Considerou que devem ser buscados equilíbrios regimentais para contrabalançar a diferença dos números da representação. A Parlamentar Marisa Serrano, em seguida, solicitou esclarecimentos sobre essa modificação no calendário eleitoral que se estava propondo. O Presidente Aloizio Mercadante explicou que a conjuntura atual ainda não permite que se adote calendário unificado para as eleições nos quatro países. A Parlamentar Elida Vigo pediu que todos se preparassem da melhor forma possível para as decisões da próxima sessão plenária. O Parlamentar Erick Sallum também ressaltou o caráter de consenso alcançado e reforçou a necessidade de unanimidade para as próximas decisões.

O Presidente Aloizio Mercadante encerrou a discussão sobre esse ponto e, em seguida, passou a fazer um informe sobre as decisões administrativas. Anunciou a inauguração de parte da sede do Parlamento no dia 13 de dezembro de 2010 e discorreu sobre o encerramento dos contratos de trabalho e recontração temporária dos funcionários, com novas bases contratuais, incluindo controle de horário de trabalho. Por fim, anunciou a pauta de quatro itens da próxima sessão plenária.

A Parlamentar Marisa Serrano solicitou esclarecimento sobre a próxima sessão, que será uma sessão plenária, com hora livre e debate de temas variados, além dos quatro pontos da ordem do dia. A senadora registrou sua demanda de se debater a questão dos novos acordos institucionais assinados no âmbito da Unasul.

O Parlamentar Valdir Colatto solicitou que haja mais empenho para que os documentos do Parlamento sejam redigidos em português e espanhol, para, inclusive, se divulgarem melhor os idiomas do Mercosul em todos os países. O Parlamentar Inácio Arruda abordou o tema da cassação da senadora Piedad Córdoba, da Colômbia, por sua luta para estabelecer o diálogo entre as forças políticas em seu país. O Presidente Aloizio Mercadante designou a Comissão de Direitos Humanos para apreciar o caso e fazer um informe sobre o tratamento a ser dado ao tema.

Na sessão foram aprovadas as declarações com votos de pesar pelos falecimentos do ex-parlamentar Romeu Tuma e do ex-Presidente da Argentina Nestor Kirchner e a com voto de regozijo pela eleição da Presidente Dilma Rousseff.

5 - Considerações Finais

Considerando que: o Parlamento do Mercosul aprovou um grupo de medidas que procura avançar a integração regional, a partir de um prolongado debate iniciado na Mesa Diretora do Parlasul e finalizado no Plenário, onde se acordou remeter ao Conselho do Mercado Comum - CMC - três recomendações importantes, a saber: unificação das etapas dos períodos de transição interpretando-as de forma taxativa, desde 31 de dezembro de 2006 até o dia 31 de dezembro de 2014; definição e disponibilização ao CMC de um acordo definitivo sobre o Critério de Representação Proporcional Atenuada na integração do Parlasul; condução ao CMC da Recomendação para a criação da Corte Suprema de Justiça dentro do bloco; o Parlamento do Mercosul participou da 10ª Cúpula Social do Mercosul, que aconteceu entre os dias 14 e 16 de dezembro do corrente ano em Foz do Iguaçu, Brasil. Dentre os debates havidos durante a Cúpula Social, destacaram-se temas como "O Mercosul nos próximos 20 anos"; "Integração regional e Parlamento", contando com a presença dos Parlamentares do Mercosul, organizações sociais e representantes do Parlamento Juvenil do bloco; a Cúpula Social se realiza semestralmente no marco da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e países associados e constitui instância de vital importância para aproximar o Parlasul dos movimentos sociais da região, garantindo a participação destes no processo de integração regional dos povos do Mercosul; o cenário futuro projeta o fortalecimento institucional do Mercosul, evidenciado pelo aumento da sinergia entre os Estados membros em campos estratégicos, como indústria, comércio, cooperativismo, turismo, finanças, trabalho, políticas migratórias, saúde e vigilância sanitária, entre outros; e as perspectivas de fortalecimento da interação e integração entre o Estado de Minas Gerais e o Mercosul evidenciam-se pela franca recuperação dos fluxos comerciais entre as partes, observada a partir da crise econômica mundial de 2008; recomenda-se o acompanhamento atento do cenário regional deste mercado comum, motivo pelo qual se opina a favor da continuidade dos trabalhos desta Comissão Extraordinária na próxima legislatura.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/1/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel

exonerando, a partir de 31/1/11, João Luiz Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/1/11, Margarida Gomes Magalhães Garcia do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando, a partir de 31/1/11, Marli Aparecida Ferreira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando, a partir de 31/1/11, José Luiz Neto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando, a partir de 31/1/11, Érica Cristina Nunes Duarte do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/1/11, Lauane Aparecida de Freitas Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/1/11, Lorena Carneiro de Assunção do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 31/1/11, Priscilla Mara Neves Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 31/1/11, Vera Lucia Arruda do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Fernanda Tomé de Rezende Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Lorena Carneiro de Assunção para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Renata Daniele Pontes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rodrigo Vieira Henrique para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Sabrina de Andrade Moreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 31/1/11, Cristiane Alves Sabino do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 31/1/11, Daniela Cristina Diniz Tamietti do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando, a partir de 31/1/11, Erivelton Machado do Carmo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 31/1/11, Gardênia Aparecida Mendes Antero do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 31/1/11, Geraldo Raimundo dos Reis do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Grazyella Pereira Cavalcanti do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Guilherme de Moraes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Humberto Divino Batista do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Jaqueline de Souza Figueiredo Soares do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando, a partir de 31/1/11, Marília Nunes de Souza Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando, a partir de 31/1/11, Marly das Graças Alves e Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Mauro Cesar Sales Cordeiro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Paulo Irene de Faria do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no

Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 31/1/11, Pedro Adelino da Fonseca Filho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando, a partir de 31/1/11, Rodrigo Vieira Henrique do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 31/1/11, Telma Antônia de Oliveira Nunes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Tereza Cristina Silveira Leite Sezko do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando, a partir de 31/1/11, Terezinha Brandão de Carvalho do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Vanda Gonçalves Santos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando, a partir de 31/1/11, Wellington Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Erivelton Machado do Carmo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Gardênia Aparecida Mendes Antero para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Guilherme de Moraes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando João Luiz Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando José Luiz Neto para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Margarida Gomes Magalhães Garcia para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Marli Aparecida Ferreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Marly das Graças Alves e Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Mauro Cesar Sales Cordeiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Terezinha Brandão de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Wellington Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 31/1/11, Sabrina de Andrade Moreira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Veloso e Tavares Indústria de Alimentos Ltda. Objeto: compra de 5.200 pacotes de 500g de café tradicional, torrado e moído. Vigência: 12 meses, a partir de sua assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 97/2010, Pregão Eletrônico nº 96/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia verificada na edição de 27/1/2011, pág. 56, col. 3, onde se lê:

"Érika de Lima Araújo Gonzaga", leia-se:

"Erica de Lima Araújo Gonzaga".